

A VIGENTE VIOLÊNCIA DA VERSÁTIL VIGILÂNCIA: CONTRIBUTOS DA AMEAÇA PANÓPTICA PARA O RACISMO ESTRUTURAL A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT E ACHILLE MBEMBE

Jan Clefferson Costa de Freitas¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

 <https://orcid.org/0000-0002-9808-0023>

E-mail: jancleffersonphil@gmail.com

RESUMO:

O objetivo geral do presente artigo consiste em analisar e descrever criticamente a ameaça panóptica e o racismo estrutural, bem como as suas intersecções, a partir das obras de Michel Foucault e Achille Mbembe. Por um lado, em *Vigiar e Punir*, Foucault argumenta que o panoptismo representa um modelo governamental centrado na capacidade do Estado de exercer a dominação sobre os indivíduos, ao evidenciar o nascimento de uma sociedade disciplinar onde a visibilidade e a vigilância são mecanismos indispensáveis à manutenção do ordenamento totalitário. Por outro lado, em *Crítica da Razão Negra*, Mbembe examina a problemática ontológica do estado de raça e evidencia que o seu embasamento anticientífico hierarquiza grupos humanos, legitima intervenções de exploração e violência, promove a degradação das identidades não-europeias, assim como enfatiza que a representação da humanidade racializada serve de dispositivo para a desumanização e o controle social. Com base nesta fusão de horizontes, através de uma metodologia analítico-descritiva que coaduna revisão bibliográfica, leitura aproximada e escrita criativa, pretende-se demonstrar enquanto resultado de pesquisa até que ponto os dois filósofos compreendem a relação entre poder, saber e subjetividade, bem como de que maneira eles acenam para uma crítica à retroalimentação necrobiopolítica entre o panoptismo e o racismo na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Panoptismo; Poder; Racismo; Saber; Subjetividade; Violência.

THE CURRENT VIOLENCE OF VERSATILE SURVEILLANCE: CONTRIBUTIONS OF THE PANOPTIC THREAT TO STRUCTURAL RACISM FROM MICHEL FOUCAULT AND ACHILLE MBEMBE

ABSTRACT:

The general purpose of this article is to critically analyze and describe the panoptic threat and structural racism, as well as their intersections, based on the works of Michel Foucault and Achille Mbembe. On the one hand, in *Surveillance and Punishment*, Foucault argues that panoptism represents a governmental model centered on the State's ability to exercise domination over individuals, by showing the birth of a disciplinary society where visibility and surveillance are indispensable mechanisms for maintaining totalitarian order. On the other hand, in *Critique of Black Reason*, Mbembe examines the ontological problem of the state of race and demonstrates that its unscientific foundation hierarchizes human groups, legitimizes exploitative and violent interventions, promotes the degradation of non-European identities, and emphasizes that the representation of racialized humanity serves as a tool for dehumanization and social control. Based on this fusion of horizons, through an analytical-descriptive methodology that combines bibliographical review, close reading and creative writing, the aim is to evidence, as a research result, the extent to which the two philosophers understand the relationship between power, knowledge and subjectivity, as well as how they contribute to a critique of the necrobiopolitical backfeeding between panoptism and racism in contemporary times.

KEYWORDS: Panopticism; Power; Racism; Knowledge; Subjectivity; Violence.

¹ Doutor(a) em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal – RN, Brasil.

Introdução: dinâmicas de poder e repressão totalitária

A finalidade do presente artigo consiste em apresentar uma análise crítica das interações entre o panoptismo e o estado de raça a partir das contribuições teóricas de Michel Foucault [1926-1984] e Achille Mbembe: na perspectiva de elucidar os mecanismos pelos quais a dominação se manifesta, os modos através dos quais o saber vem a ser produzido e como as subjetividades são delineadas dentro de uma lógica coercitiva nas sociedades contemporâneas.

Michel Foucault utiliza o conceito do panóptico como uma metáfora para ilustrar os mecanismos operativos do poder nas sociedades disciplinares, especialmente naquelas fundamentadas em perspectivas liberais. No âmago do panoptismo está a ideia de uma estrutura arquitetônica na qual as pessoas são constantemente vigiadas, mas sem saberem quando, como e onde estão a ser observadas: “Dessa forma, a disciplina fabrica corpos maleáveis e submissos, aumentando a utilidade do corpo, em termos econômicos e, conseqüentemente, passíveis, políticos de obediência” (Sodré, 2022, p. 225). A constante possibilidade de serem monitorados induz os indivíduos a internalizarem a vigilância, ao mesmo tempo que regula os seus comportamentos de acordo com as normas impostas pelo estado policial. A ameaça panóptica, assim, exemplifica a instauração do controle totalitário enquanto estratégia modeladora das subjetividades dos cidadãos:

O panóptico é a própria fórmula de um governo liberal, porque, no fundo, o que deve fazer um governo? Ele deve, é claro, dar espaço a tudo o que pode ser a mecânica natural tanto dos comportamentos como da produção. Deve dar espaço a esses mecanismos e não deve ter sobre eles nenhuma outra forma de intervenção, pelo menos em primeira instância, a não ser a da vigilância. E é unicamente quando o governo, limitado de início à sua função de vigilância, vê que alguma coisa não acontece como exige a mecânica geral dos comportamentos, das trocas, da vida econômica, que ele haverá de intervir (Foucault, 2008, p. 91).

A citação de Foucault aborda o panoptismo como paradigma das manifestações de poder nas sociedades liberais, nas quais o conhecimento sobre a possibilidade de vigilância torna-se útil ao controle das subjetividades, ao passo que o governo mantém a capacidade de intervir quando necessário para garantir a perpetuação da ordem social e econômica: “As tecnologias políticas controlam o tempo e o espaço das pessoas que influenciam o indivíduo através de um sistema de punição e de vigilância. Trata-se de uma microfísica do poder imposta por aparelhos e instituições, capaz de moldar e modificar os corpos” (Sodré, 2022, p. 225). No entanto, o ordenamento liberal mantém uma função de monitoramento sobre a sociedade, a fim de assegurar que os comportamentos e atividades dos cidadãos estejam em conformidade com os interesses do Estado e das elites dominantes. Este regime policialesco de dominação, embora inicialmente restrito à observação dos fatos, reserva a prerrogativa de intervenção quando as mecânicas naturais não produzem os resultados desejados. Dessa maneira, a análise de Foucault demonstra o entrelaçamento das concepções de saber, poder e subjetividade: sendo o panóptico um símbolo poderoso deste fenômeno interseccional.

Achille Mbembe descreve uma transformação na economia da violência global, na qual os regimes democráticos liberais se veem em um processo de guerra quase permanente contra oponentes que são caracterizados como voláteis, evasivos e associáveis, inseridos no que ele compreende por ser um estado de raça. A atmosfera de ameaça constante culmina em uma mudança nas estratégias de vigilância, tanto no âmbito externo quanto interno dos países, no controle sobre os corpos e domínio sobre a vida: “A história do racismo moderno está tão essencialmente ligada à gênese da biopolítica, essa forma moderna e historicamente recente de

poder sobre a vida, que quase podemos afirmar tratar-se de uma mesma e única narrativa” (Farias, 2021, p. 2). O autor sugere que essa nova forma de conflito, impulsionada pelo racismo estrutural, requer uma abordagem total da defesa, que justifica a implementação de medidas excepcionais e a aceitação de infracções às normas democráticas em nome da segurança nacional. A dominação totalitária se reflete na instalação de dispositivos panópticos e no aumento do controle sobre a população racializada, preferencialmente de forma remota, através da coleta de dados biométricos, tais como impressões digitais, perfis faciais, padrões oftálmicos e assim por diante:

Face à transformação da economia da violência no mundo, os regimes democráticos liberais consideram-se agora em estado de guerra quase permanente contra novos inimigos fúgidios, móveis e reticulares. O palco desta nova forma de guerra (que exige uma concepção «total» da defesa e uma reconstrução dos princípios de tolerância para exceções e infracções) é simultaneamente externo e interno. O seu procedimento impõe que sejam instalados dispositivos panópticos fechados e um acrescido controle das pessoas, de preferência à distância, pelos vestígios que deixam (Mbembe, 2014, p. 48).

A citação de Mbembe descreve como são modeladas as relações de saber, poder e subjetividade em contextos de guerra, especialmente nas democracias liberais que buscam justificar medidas excepcionais em nome da seguridade social, além de refletir o racismo de uma dinâmica na qual o Estado amplia a sua autoridade sobre as populações marginalizadas, muitas vezes à custa das liberdades individuais e dos direitos humanos: “A cesura racial é o que vai movimentar o processo propriamente biopolítico, o governo da vida baseado no regime de regulamentação biológica da população, mas é sobretudo aquilo que atualiza no século XIX o poder soberano de matar” (Farias, 2021, p. 11). A dominação estatal, no contexto do neoliberalismo, busca não apenas monitorar, mas expandir o seu controle sobre os indivíduos através das tecnologias de vigilância, bem como justificar as suas ações anti-humanitárias e racistas, quais sejam, o encarceramento em massa e o genocídio, sob o pretexto de promover a segurança pública. Neste regime de violência e excepcionalidade, as características biológicas, genéticas e comportamentais, os atributos particulares dos cidadãos são transformados em códigos alfanuméricos: para que sejam monitorados todos os seus atos, seguidos todos os seus passos, quantificadas todas as suas transgressões contra a ordem estabelecida, até que sejam identificados, rastreados, aprisionados, torturados e privados de vida.

Em linhas gerais, no desenvolvimento do presente estudo, serão analisadas e descritas as interseções entre o panoptismo e o estado de raça, com o propósito de compreender como os dois fenômenos se reforçam mutuamente na produção e manutenção de estruturas de poder opressivas. Ao aproximar os horizontes do pensamento de Foucault e Mbembe, os resultados da corrente investigação pretendem contribuir para uma mais ampla compreensão das dinâmicas de poder, saber e subjetividade nas sociedades disciplinares, bem como para o desenvolvimento de práticas e políticas que promovam a justiça social, a igualdade de direitos e a emancipação dos indivíduos.

Ameaça panóptica e violência disciplinar

A reflexão de Michel Foucault sobre o panoptismo, desenvolvida em *Vigiar e Punir*, oferece uma análise crítica das relações de poder, saber e subjetividade nos contextos de vigilância totalitária e controle social. O dispositivo panóptico, como conceito simbólico, representa uma evolução paradigmática das formas antigas de encarceramento e dominação em massa: “O panoptismo ocupa um lugar importante nestas reflexões sobre o poder, visto que opera como um mecanismo de controle que contribui para reforçar, e inclusive modificar, as formas pelas quais

este se exerce nas sociedades modernas” (Guerrero, 2017, p. 189). Enquanto na masmorra as funções de trancar, privar de luz e esconder são utilizadas para subjugar os prisioneiros, na estrutura panóptica, apenas a função de aprisionar continua mantida. As outras duas atribuições do cárcere são suprimidas, e o monitoramento total vem a ser estabelecido como a nova forma de opressão. A plena iluminação e o olhar vigilante substituem a sombra que antes proporcionava uma certa proteção aos encarcerados. Nesse sentido, a visibilidade se torna uma armadilha, onde a constante exposição dos corpos e das ações dos indivíduos os torna vulneráveis ao aparato repressivo:

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (Foucault, 1987, p. 224).

A análise de Foucault revela como o domínio sobre a vigilância torna-se um estratagema de dominação para controlar o comportamento dos indivíduos. A constante sensação de ser monitorado e julgado induz os sujeitos a internalizarem as normativas desejadas pela classe dominante, ao criar dessa maneira um mecanismo autorregulador que opera mesmo na ausência física do vigilante: “É esse princípio de uma vigilância hierarquizada, que no fim das contas, nada mais é do que uma forma de codificar o visível a partir de dentro, que dará as bases para se pensar o panóptico” (Dos Santos, 2023, p. 275). A visibilidade, assim, não vem a ser somente uma questão de observação contemplativa, mas sim uma condição ativa para a eficácia da disciplina totalitária. Nesse sentido, o dispositivo panóptico exemplifica como as relações de poder, saber e subjetividade se entrelaçam em uma teia complexa de domínio e resistência. Enquanto o estado policial busca exercer o comando através do monitoramento total, os indivíduos também encontram maneiras de resistir e subverter esse controle, ao construírem espaços de liberdade e autonomia dentro das margens estreitas do panoptismo.

Ao criar um estado de visibilidade permanente sobre os corpos, o panóptico assegura o funcionamento automático da dominação no contexto das instituições disciplinares, como as prisões, manicômios, quartéis, escolas e conventos. A permanente impressão de monitoramento induz os indivíduos a introjetarem as regras e práticas desejadas pelo estado policial, mesmo com uma vigilância descontínua em sua aplicação prática: “A estrutura panóptica acaba por aplicar-se em hospitais, escolas ou quartéis militares; isto é, em qualquer espaço que se busque aprisionar e vigiar, com diversos propósitos, as pessoas que estão nesses edifícios” (Guerrero, 2017, p. 190). A internalização do controle leva as pessoas à legitimação do poder que as subjuga, o que as faz perpetuar nas suas vidas a dinâmica opressiva da instituição disciplinar. Em outras palavras, a simples existência da possibilidade de ser monitorado torna-se suficiente para manter a conformidade com as normas estabelecidas, mesmo sem que haja necessariamente a presença material dos agentes repressivos. Dessa forma, o panóptico pode ser considerado como uma máquina de criar realidades e sustentar uma relação de opressão independente daquele que a exerce, além de manter a si mesma através da atividade inerente aos mecanismos do sistema de dominação:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder

independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente (Foucault, 1987, p. 224-225).

A reflexão de Michel Foucault sobre o panóptico oferece um expressivo entendimento das interações entre poder, saber e subjetividade nas estruturas disciplinares de vigilância, visto que o dispositivo em questão não somente controla os corpos visibilizados, mas também molda as suas mentes e identidades através de um estado incessante de exposição: “E a propriedade fundamental desse poder é fabricar corpos sujeitados, o indivíduo passa a ser senão um corpo manipulado regido por normas firmes no processo de disciplinarização” (Alves, 2020, p. 312). O excesso de observação, embora possa parecer necessário ao funcionamento do aparato disciplinar, ao mesmo tempo vem a ser insuficiente, pois não importa realmente vigiar os elementos o tempo inteiro, mas sim fixar em cada um deles a psicose paranoica do monitoramento, para que sejam obedientes e temerosos às punições. A consciência da completa visibilidade cria um contexto de submissão que permeia todas as dimensões da vida dos indivíduos. O pensamento foucaultiano destaca, desse modo, como as relações de dominação estão entrelaçadas às liberdades individuais em um círculo vicioso que se perpetua através da instauração do panoptismo.

Foucault evidencia que o panóptico possibilita a realização de experimentos comportamentais, nos quais os indivíduos se tornam cobaias de testes para diversas estratégias de controle. Sendo assim, a estrutura totalitária não se resume à vigilância, mas atua como uma máquina de treinamento disciplinar para agir de maneira ativa na padronização dos comportamentos: “O panoptismo busca portanto o controle total e imediato dos corpos humanos e de sua circulação espacial, mas também das condições concretas e objetivas de auto-reprodução da subjetividade” (Capeller, 2004, p. 5). A dimensão experimental do panoptismo permite que os poderes instituídos verifiquem a eficácia de diferentes formas de punição e recompensa, para adaptá-las de acordo com as transgressões cometidas e as características individuais dos transgressores. Dessa forma, a experimentação panóptica não apenas busca exercer domínio sobre os corpos, mas também sobre as mentes e subjetividades, ao modelar os pensamentos, palavras e ações da figura humana de acordo com os objetivos estabelecidos pelo poder disciplinador:

Por outro lado, o Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos. Experimentar remédios e verificar seus efeitos. Tentar diversas punições sobre os prisioneiros, segundo seus crimes e temperamento, e procurar as mais eficazes. Ensinar simultaneamente diversas técnicas aos operários, estabelecer qual é a melhor (Foucault, 1987, p. 227).

A perspectiva de Foucault a respeito do panoptismo revela como as instituições disciplinares podem ser espaços de experimentação, onde o poder busca não apenas controlar, mas também moldar ativamente os indivíduos. A análise foucaultiana destaca a importância de compreender as dinâmicas complexas entre poder, saber e subjetividade na sociedade contemporânea, onde as prisões, manicômios, quartéis, escolas e conventos não somente monitoram, assim como também transformam os sujeitos de acordo com seus objetivos: “Ao afirmar que o poder é produtivo na sociedade disciplinar, Foucault nos deixa aptos a perceber que o espectro da vigilância nos torna vigias não apenas de nós mesmos, mas também do outro” (Moraes, 2012, p. 116). Expresso em outros termos, o panóptico também pode ser pensado como um instrumento de domesticação, onde diferentes técnicas coercitivas podem ser aplicadas e avaliadas simultaneamente para docilizar os corpos e condicionar as mentes. Os operários de uma empresa multinacional, os

internos de um manicômio judiciário, os detentos de uma penitenciária federal, por exemplo, podem ser submetidos aos mais variados procedimentos de tratamento e disciplina, com o intuito de determinar qual deles vem a ser o mais eficaz para alcançar as finalidades convenientes à dinâmica dos espaços de autoridade, tais como a produtividade, a alienação e a brutalização. Em um ângulo de visão foucaultiano, a estrutura panóptica também serve de plataforma para a produção de conhecimento sobre o comportamento humano e sua manipulação, a fim de atender aos interesses do poder disciplinar.

Foucault destaca como o panóptico não apenas controla os corpos dos indivíduos, mas também funciona como um instrumento utilizável na produção epistemológica dentro do campo das ciências comportamentais. O desenvolvimento de novos conhecimentos constituídos a partir do panoptismo tem por finalidade alimentar, reforçar e produzir a coerção disciplinar: “Uma rede de comunicação que serve como o tipo ideal de dominação e controle. Um tipo ideal que de fato não se realiza em toda a sua potência, mas que realmente serve de parâmetro para uma nova forma de controle social em uma sociedade de grandes massas” (Moraes, 2012, p. 115). Esta produtividade possibilita que os agentes da repressão exerçam um domínio mais eficaz sobre as liberdades individuais, ao mesmo tempo que ampliam o entendimento das dinâmicas psicológicas que regem a vida em um ordenamento totalitário. A leitura foucaultiana impulsiona ideias relevantes sobre as interações entre poder, saber e subjetividade na contemporaneidade, bem como ressalta o papel da estrutura panóptica como um laboratório de dominação e controle nas sociedades disciplinares:

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça (Foucault, 1987, p. 228).

O panóptico pode ser visto como um espaço onde o poder se manifesta de maneira dinâmica. Do dinamismo da dominação provém uma invasão violenta das subjetividades dos indivíduos, um sequestro de conteúdos transformados em algoritmos informativos, dos quais resultam a formação de um amplo banco de dados sobre comportamentos, desejos e inclinações particulares. A frequente manutenção da vigilância totalitária consolida um ambiente propício para a produção de conhecimento sobre o ser humano: “Tendo isso em vista, nota-se que o corpo se tornou objeto da ciência e alvo do poder, moldado e treinado, com o escopo de tornar-se útil por intermédio do controle e modificação decorrentes de técnicas de dominação” (Sodré, 2022, p. 223). Na medida em que fornece aos administradores do mecanismo coercitivo uma visão abrangente dos processos biopsicossociais que permeiam a instituição disciplinar, novos saberes sobre o mundo podem ser constituídos através da coerção panóptica. Foucault sugere que o saber gerado por meio do panoptismo se estende para além dos limites físicos da estrutura tecnológica em direção de todas as áreas da vida, para onde quer que a repressão possa ser exercida. Em poucas palavras, o saber adquirido com o monitoramento onipresente tem o potencial de influenciar, moldar e replicar as práticas disciplinares mais efetivas em uma ampla variedade de contextos, desde instituições prisionais até sistemas de governo e controle social.

Racismo estrutural e degradação ontológica

A reflexão de Achille Mbembe sobre o estado de raça, elaborada em *Crítica da Razão Negra*, revela um profundo entendimento das relações de saber, poder e subjetividade que moldam as

concepções e representações das identidades não-europeias na sociedade contemporânea. O filósofo argumenta que a racialização hierarquiza os grupos humanos com base em características fenotípicas determinadas por suposições anticientíficas, o que acaba por implicar em uma degradação ontológica, onde as humanidades não-ocidentais são representadas como inferiores e desprovidas de plenitude humana: “Essa compreensão levou o mundo a abordar o negro como objeto, coisa ou mercadoria, uma forma de relacionamento alienante, a qual a humanidade experimentou” (Bô, 2022, p. 2). Os saberes humanistas, no sentido colocado por Mbembe, estão pautados dentro da lógica do racismo estrutural, uma vez que a universalização da experiência humana não inclui os seus particulares negros como agentes do saber e do conhecimento. A deterioração identitária atribuída aos indivíduos racializados tem por sustentáculo uma noção de diferença intransponível, ou seja, uma representação negativa e desumanizadora que os separa do ideal representado pelo homem europeu:

O que nós chamamos de «estado de raça» corresponde, assim o cremos, a um estado de degradação de natureza ontológica. A noção de raça permite que se representem as humanidades não europeias como se fossem um ser menor, o reflexo pobre do homem ideal de quem estavam separadas por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável. Falar delas é, antes de mais, assinalar uma ausência - a ausência do mesmo - ou ainda uma presença segunda, a de monstros e de fósseis (Mbembe, 2014, p. 39).

Ao atribuir determinadas características e valores depreciativos às identidades não-europeias, como as ideias de inferioridade e inadequação à ordem, as discursividades supremacistas dos humanistas europeus serve como uma ferramenta de dominação e controle, uma vez que tem por fim justificar as práticas de exploração, segregação, marginalização e violência contra os grupos racializados do mundo: “Essas formas de existência que a humanidade experienciou num passado recente estão registradas nos anais da História e afetam os comportamentos dos negros até as suas estruturas institucionais contemporâneas” (Bô, 2022, p. 7). A degradação ontológica associada ao estado de raça, muito além de ser apenas um fenômeno identitário, influencia diretamente a subjetividade dos indivíduos que, ao introjetarem e reproduzirem os estereótipos raciais impostos pelo discurso hegemônico, podem ter a autoimagem, a autoestima e as aspirações pessoais afetadas negativamente. A representação da racialidade não vem a ser apenas uma questão de percepção individual, mas também uma construção social e política que legitima e perpetua relações de poder dissimétricas. Na medida em que analisa e descreve a deterioração identitária do povo negro, Mbembe agita os sobreviventes do racismo a resistir às narrativas e estruturas que legitimam a desumanização dos seres humanos não-europeus.

As ideias de Achille Mbembe sobre o racismo, analisadas à luz das relações de saber, poder e subjetividade possibilitam um entendimento amplo das maneiras pelas quais a ideologia racista se incrusta nos mecanismos do Estado. O pensamento antirracista do autor entra em ressonância com o ideário de Michel Foucault, especialmente no que concerne à interseção entre biopoder e normalização social. No sentido apontado por ambos os autores está explícito que: “a questão racial ganha contornos mais amplos, mais consistentes para um diagnóstico do problema político e para mover uma interpretação mais consequente a respeito da multiplicidade de problemas que a ideologia racial produz” (Farias, 2021, p. 10). Mbembe denuncia as práticas racistas não apenas enquanto fenômeno individual ou interpessoal, mas também como intrinsecamente relacionadas às estruturas institucionais e ao exercício da dominação estatal. O pensador africano ressalta que, a segregação racial vem a ser a condição necessária da naturalização da pena de morte em uma sociedade cujos aparelhos repressivos são acionados para controlar a existência dos indivíduos racializados:

Abordando o racismo em particular e a sua inscrição nos mecanismos do Estado e do poder, Michel Foucault dizia, a este respeito, que qualquer moderno funcionamento do Estado, «a determinado momento, a um certo limite e em certas condições, passaria pelo racismo». A raça, o racismo, explicava ele, «é a condição de aceitabilidade da condenação à morte numa sociedade de normalização». E conclui: «A função assassina do Estado só pode ser garantida, funcionando o Estado no modo do biopoder, através do racismo» (Mbembe, 2014, p. 66).

Ao citar Michel Foucault, Achille Mbembe destaca que o racismo, legitimado por enunciados inteiramente anticientíficos, não constitui apenas uma forma de discriminação baseada em características biológicas, mas que também consiste em um mecanismo de repressão pelo qual o Estado exerce seu poder coercitivo sobre as populações racializadas. Conforme Mbembe, a etnofobia dos ditadores serve de justificativa à perseguição, à marginalização, à violência e até mesmo ao extermínio sistematicamente direcionado contra os grupos então inseridos no estado de raça, com base no discurso de desenvolvimento socioeconômico ou de melhoramento do mundo. Por essa razão: “Descrever as bases teóricas, mas também seus modelos práticos, essas topografias recalcadas de crueldades, como ressalta Mbembe, possibilita descrever sua lógica e seu *modus operandi*” (Piza, 2022, p. 136). O genocídio, consumação final dos regimes totalitários, no liberalismo tenta ser justificado pelas instituições com o argumento da democracia, do que será melhor para a maioria. A função assassina do ordenamento estatal, nesse ângulo de visão, só pode ser garantida através da ideologia racista, uma vez que esta atua como dispositivo de diferenciação e hierarquização, um mecanismo legitimador da brutalidade e da supressão dos corpos considerados como outros ou inferiores. As práticas racistas, além de serem um problema moral e ético, também podem ser pensadas como um fenômeno político e social enraizado nas estruturas do aparato governamental. Na medida em que examina e critica os modos pelos quais operam os artifícios da dominação, Mbembe busca formas de resistência e transformação que desafiem as estruturas disciplinares da exclusão.

Achille Mbembe lança luz sobre a complexidade inerente ao liberalismo, especialmente em relação à sua dinâmica de produção e destruição da liberdade. O pensador destaca a tese de Foucault sobre a natureza paradoxal da ideologia liberal, que, com o pretexto de fazer os indivíduos serem livres, estabelece coerções e obrigações instituídas sobre estes por ameaças: “a união impossível entre norma e realidade, além da constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isso significa que para aplicar uma norma é necessário suspender sua aplicação, produzir uma exceção” (Oliveira do Prado, 2023, p. 253). Esta ambivalência ideológica está indissociavelmente conectada com as políticas protecionistas e de segurança que controlam as subjetividades. Nesse contexto, o processo de produção das liberdades requer a imposição de limites e controles para garantir a permanência da ordem pública. No entanto, a busca desenfreada por uma pretensa seguridade social muitas vezes resulta em práticas de violência e exclusão, como exemplificado historicamente pela instituição da escravidão negra:

No ensaio *La Naissance de la biopolitique*, Foucault defende que, na origem, o liberalismo «implica intrinsecamente uma relação de produção/destruição [com] a liberdade». Esquece-se de explicar que, historicamente, a escravatura dos Negros representa o ponto culminante desta destruição da liberdade. Segundo Foucault, o paradoxo do liberalismo é que «é necessário, por um lado, produzir a liberdade, mas esse próprio gesto implica que, do outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc.». A produção da liberdade tem portanto um custo cujo princípio de cálculo é, acrescenta Foucault, a segurança e a proteção (Mbembe, 2014, p. 143).

Ao enfatizar a relação entre produção de liberdade e custos associados à segurança, Foucault e Mbembe apontam para a centralidade do poder na configuração das relações sociais e políticas. O exercício da dominação, neste contexto, não apenas delinea as estruturas institucionais, mas também influencia a formação das subjetividades individuais e coletivas. Além disso, Mbembe acena para a importância de compreender os contextos históricos específicos onde o liberalismo opera as suas políticas etnofóbicas: “E tudo começa com um litígio em relação à própria existência da raça, podemos dizer, já que é preciso cultivar uma distância em relação à imagem-véu que cobre o rosto, a humanidade da pessoa racializada” (Alves de Sousa, 2023, p. 206). A escravidão negra, como aponta o pensador camaronês, representa o ponto culminante da destruição das liberdades humanas, o que destaca as injustiças inerentes ao sistema liberal, promotor de privilégios para poucos e da desumanização para muitos. As reflexões críticas de Foucault e Mbembe chamam atenção para as contradições e desigualdades que permeiam as estruturas sociopolíticas contemporâneas. As perspectivas dos dois filósofos abrem espaço à obtenção de importantes entendimentos a respeito não apenas dos mecanismos de dominação, mas também dos movimentos de resistência que modelam as dinâmicas do corpo social.

A abordagem crítica de Achille Mbembe sobre o problema da fobia racial constitui uma profunda reflexão acerca das dinâmicas de poder e controle das subjetividades racializadas que permeiam as democracias liberais. O autor evidencia em que medida a etnofobia vem a ser um dos pilares fundamentais do racismo estrutural inerente ao liberalismo e ao mito da democracia racial, um entendimento que se aproxima da perspectiva de Michel Foucault sobre os processos de coerção, a emergirem como contrapontos às liberdades individuais no estado de exceção: “Ao longo da história recente, essa forma de gestão da vida foi usada para enclausurar os loucos, os pobres, domesticar as mulheres, definir quantidades de filhos, criar hábitos em larga escala, padronizar comportamentos, segregar, exterminar” (Piza, 2022, p. 139). A estigmatização da raça, segundo Mbembe, tem sido utilizada como mecanismo de legitimação da sociedade de controle, sendo esta última apresentada como necessária à garantia dos direitos naturais dos cidadãos. O discurso liberal, de uma índole comprovadamente racista, em nome de um suposto protecionismo, se traduz em violência contra os povos racializados, tal como podem constatar as evidências do genocídio colonial:

O medo racial, em particular, foi desde sempre um dos pilares da cultura do medo intrínseca à democracia liberal. A consequência deste medo, lembra Foucault, tem sido o crescimento de processos de controle, de coação e de coerção, que, longe de serem aberrações, surgem como contrapartida às liberdades. A raça, e em particular a existência do escravo negro, desempenhou um papel central na formação histórica de tais contrapartidas (Mbembe, 2014, p. 144).

Ao associar a racialidade e a existência da escravidão negra à formação histórica das contrapartidas às liberdades individuais, Mbembe destaca como as identidades raciais são utilizadas como justificativa para a expansão dos poderes coercitivos do Estado e à restrição dos direitos dos indivíduos racializados. Ideologias como o nazifascismo e as suas versões atuais podem ser pensadas como exemplos de um ordenamento totalitário declaradamente racista: “Mbembe afirma que a política de raça está atrelada com a política da morte, e que o Estado Nazista foi a combinação de um estado racista, assassino e suicidiário que teve suas raízes fincadas na violência do Império Colonial” (Valentim, 2023, p. 59). Este processo de desumanização não apenas reforça as hierarquias sociais e políticas, mas também molda as subjetividades particulares e coletivas, a ponto de gerar uma permanente sensação de vigilância e ansiedade entre os grupos marginalizados. A análise de Achille Mbembe evidencia a relevância de contestar as narrativas

dominantes sobre liberdade e segurança, que muitas vezes mascaram e legitimam as mais diversas práticas de violência racial. Na medida em que realiza uma leitura crítica das conexões entre a etnofobia, controle social e coerção subjetiva, Mbembe enfatiza a necessidade de confrontar o papel do racismo nas democracias liberais, para fazer cair por terra tanto as estruturas de poder quanto quaisquer ordenamentos que tenham por embasamento a fobia de raça.

Conclusão: saber, poder e subjetividade nas estruturas disciplinares

Nas linhas precedentes deste trabalho foram correlacionados os conceitos de saber, poder e subjetividade através de uma aproximação entre os ideários de Michel Foucault e de Achille Mbembe. A partir das reflexões desses renomados estudiosos vem a ser possível desenvolver um entendimento mais amplo a respeito de como as políticas neoliberais operam por meio de mecanismos disciplinares, vigilância constante e diferenciações raciais para manter e reforçar hierarquias de dominação.

Por um lado, foi evidenciado que o panoptismo, com sua arquitetura de monitoramento permanente e autoconsciência induzida, exemplifica a lógica disciplinar, que busca controlar e regular os corpos através da produção de subjetividades dóceis e submissas às normas sociais: “O esquema panóptico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação tornar-se aí uma função generalizada” (Foucault, 1987, p. 231). Conforme apontado por Ivan Capeller (2004), expresso por Olaya Guerrero (2017), ressaltado por Catarina Sodré (2022) e reforçado por George dos Santos (2023), Foucault apresenta a ameaça panóptica como um modelo emblemático do exercício do poder totalitário, onde a constante exposição dos indivíduos gera obediência ao ordenamento político e submissão ao controle institucional. Por outro lado, foi elucidado como o estado de raça, ao estabelecer hierarquias e diferenciações étnicas, institui uma ordem social baseada na marginalização de grupos racializados, enquanto reforça a dominação hegemônica e justifica a opressão: “Para o racista, ver um negro é não ver que ele não está lá; que ele não existe; que ele não é mais do que o ponto de fixação patológico de uma ausência de relação. É portanto necessário considerar a raça enquanto um aquém e um além do ser” (Mbembe, 2014, p. 66). Consonante às indicações de Francisco Bô (2020), aos termos de André Farias (2021), às observações de Suze Piza (2022) e aos apontamentos de Vitória Valentim (2023), Mbembe descreve o racismo estrutural como um fenômeno histórico e contemporâneo que sustenta os mecanismos de opressão e exclusão, ao mesmo tempo que interfere diretamente nas subjetividades das pessoas racializadas e tem por meta justificar contra estas uma série de práticas discriminatórias.

A convergência das ideias de Michel Foucault e Achille Mbembe sobre o panoptismo, o estado de raça e suas interações nas estruturas sociais proporciona uma análise crítica e multilateral das dinâmicas de saber, poder e subjetividade na contemporaneidade (Farias, 2021; Valentim, 2023). Ao correlacionar esses conceitos, podemos perceber como a ameaça panóptica e a degradação ontológica se entrelaçam, seja através da desumanização dos seres humanos não-europeus classificados na visão racista como inferiores e animalizados, quer a partir da criação de agenciamentos de vigilância que perpetuam desigualdades sociais e promovem a marginalização de grupos racializados (Piza, 2022; Oliveira do Prado, 2023). A violência disciplinar e o racismo estrutural, as duas máscaras do neoliberalismo, esta nova versão do nazifascismo, estão dispostas sobre a mesma face, o semblante da coercitividade, e caminham juntas na manutenção dos ordenamentos totalitários que se disfarçam com as legendas da democracia. A análise aqui desenvolvida serve de alerta para a necessidade de uma abordagem contestatória dos mecanismos de dominação existentes, bem como para a promoção de práticas que visem à justiça social, à

igualdade de direitos e à emancipação dos indivíduos: contra o panoptismo institucional e todos os ordenamentos racistas.

A título conclusivo, as obras de Foucault e Mbembe proporcionam reflexões indispensáveis à compreensão das relações de saber, poder e subjetividade nas sociedades contemporâneas. As aproximações aqui estabelecidas apresentam como resultado o entendimento de que a subjugação de determinados grupos se manifesta por meio da vigilância, da normatização, da estigmatização e do uso da força, mas que do cerne da opressão e da violência podem nascer os movimentos direcionados à resistência contra o regime disciplinar. Tanto o pensamento de Foucault quanto as ideias de Mbembe demonstram como a dominação opera por meio do controle e manipulação das subjetividades, ao criar e manter em atividade os mecanismos que restringem a liberdade e promovem a brutalização. Ao aproximar as perspectivas dos autores supracitados em teoria e prática, um caminho pode ser aberto para avançar em direção de uma sociedade mais justa, inclusiva e libertária, onde todos os indivíduos, sem precisarem ter que mandar ou obedecer, tenham a oportunidade de desenvolver plenamente sua autonomia, dignidade e humanidade.

Referências

- ALVES, Damiana Bezerra. Um Estudo sobre o Poder Disciplinar no Âmbito de Vigiar e Punir do Filósofo Francês Michel Foucault. *Revista Problemata*, v. 11, n. 1, p. 301-316. 2020. Disponível em: [Problemata: Revista Internacional de Filosofia - Dialnet \(unirioja.es\)](http://Problemata: Revista Internacional de Filosofia - Dialnet (unirioja.es))
- ALVES DE SOUZA, Victor Galdino. Raça e a Partilha Colonial do Sensível na Obra de Achille Mbembe. *Revista Griot*, v. 23, n. 2, p. 195-209. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/3329>
- BÔ, Álvaro Veloso Francisco. Apartheid: um Modelo de (Des)Ressonância do Ubuntu em Achille Mbembe. *Revista Opinião Filosófica*, v. 11, p. 1-18. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v11.985>
- CAPELLER, Ivan. Kubrick com Foucault ou o Desvio do Panoptismo. *Revista Ciber Legenda*, v. 13, n. 1, p. 1-11, Jan./Jul. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36734>
- DOS SANTOS, George. Foucault e a Visibilidade: do Espetáculo da Soberania à Vigilância Panóptica. *Revista Kínesis*, v. 15, n. 38, p. 267-288, Jan./Jun. 2023. Disponível em: revistas.marilia.unesp.br
- FARIAS, André Brayner. Racismo e Necropolítica: Variações para uma Biopolítica Pós-Colonial. *Revista Opinião Filosófica*, v. 12, n. 2, p. 1-20. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v12.1055>
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUERRERO, Olaya Fernández. Poder y Panoptismo en el Segundo Michel Foucault. *Revista Philosophos*, v. 22, n. 2, p. 187-209, Jul./Dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/49693>
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2014.
- MORAIS, Isabela. Sem Fôlego: Panoptismo e Biopolítica na Narrativa de Kim Ki-Duk. *Revista Áskesis*, v. 1, n. 2, p. 112-123, Jul./Dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.46269/1212.460>
- OLIVEIRA DO PRADO, Kelvin. Biopolítica, Necropolítica e Psicopolítica: uma Interlocução entre Conceitos. *Revista Faces de Clio*, v. 9, n. 17, p. 248-275. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2359-4489.2023.v9.35832>
- PIZA, Suze. Sequestro e Resgate do Conceito de Necropolítica: Convite para Leitura de um Texto. *Revista Trans/Form/Ação*, v. 45, p. 129-148. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.08.p129>
- SODRÉ, Catarina Ribeiro. O Poder e a Vigilância: o Nascimento da Prisão decorrente da Metamorfose Punitiva e Reflexões do Sistema Penitenciário a partir do Pensamento Foucaultiano. *Revista Humanidades em Diálogo*, v. 11, n. 1, p. 230-234. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2022.176634>
- VALENTIM, Vitória. O Direito de Matar e Calar: Diálogos entre Arte Contemporânea e Necropolítica. *Revista Valise*, v. 13, n. 2, p. 56-76. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaValise/article/view/134731>

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Jan Clefferson Costa de Freitas. jancleffersonphil@gmail.com